

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

- 1.1 A Administração Pública, por meio da Gestão Municipal de Saúde, tem como dever assegurar à população o acesso universal, integral e equânime aos serviços de saúde. Contudo, o município de Coromandel/MG enfrenta dificuldades em garantir o atendimento pleno das demandas da população, seja pela carência de médicos especialistas em áreas estratégicas, seja pelas limitações estruturais que dificultam a ampliação da rede de atenção local.
- 1.2 Diante desse cenário, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telemedicina apresenta-se como medida de interesse público, uma vez que permitirá o fortalecimento do sistema de saúde municipal por meio da integração tecnológica.
- O objeto da contratação contempla:
- UPA Municipal: disponibilização de plantões de teleconsulta de especialidades médicas em Cardiologia, Psiquiatria, e Ortopedia, em regime de 24 horas, totalizando 30 plantões mensais, com número de pareceres ilimitado. Tal estrutura garante suporte contínuo aos médicos clínicos da unidade, ampliando a resolutividade nos atendimentos de urgência e emergência.
  - Atenção Básica: realização de teleconsultas ambulatoriais em Endocrinologia, Neuropediatria e Neurologia, voltadas ao acompanhamento de pacientes com condições crônicas ou de maior complexidade, reduzindo deslocamentos desnecessários e promovendo maior efetividade no cuidado.
- 1.3 A medida proporcionará maior agilidade no diagnóstico, apoio técnico imediato às equipes locais, ampliação do acesso da população a especialistas, além de redução de custos operacionais e das filas de espera.
- 1.4 Assim, a contratação justifica-se como essencial para garantir a continuidade e a qualidade da assistência à saúde no município, em alinhamento com os princípios da universalidade, eficiência e economicidade que norteiam a Administração Pública.

### **2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRAÇÃO NO PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAL – PCA**



- 2.1 A contratação pretendida não está contemplada no Plano de Contratações Anual, uma vez que decorre de emenda parlamentar recebida em agosto de 2025 (conforme anexo), posterior à elaboração do referido plano. Dessa forma, trata-se de demanda superveniente, cuja inclusão não era possível à época da consolidação do planejamento inicial.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 Os serviços a serem prestados deverão obedecer às seguintes especificações:

#### 3.1.1 Atendimento para a UPA Municipal

Disponibilização de plantões de especialidades médicas em Cardiologia, Psiquiatria e Ortopedia.

Plantões realizados em regime de 24 horas, garantindo cobertura ininterrupta.

Previsão de 30 plantões mensais, com número de pareceres ilimitado.

É de inteira responsabilidade da empresa contratada a gestão e disponibilização dos profissionais médicos necessários para cumprimento da carga horária estabelecida.

#### 3.1.2 Atendimento para a Atenção Básica

Prestação de teleconsultas ambulatoriais nas especialidades de Endocrinologia Neuropediatria e Neurologia.

As consultas serão sempre realizadas na presença de um profissional da Unidade de Saúde acompanhando o paciente.

Os atendimentos deverão ser disponibilizados no período de agendamento estabelecido pela Unidade Básica de Saúde.

Limite de até 15 consultas mensais por especialidade.

O faturamento será realizado com base no número efetivo de consultas realizadas, mediante envio de relatório mensal, validação pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Saúde e emissão da respectiva ordem de compra.

#### 3.1.3 Aspectos Operacionais e Tecnológicos

Utilização de plataforma de telemedicina segura fornecida e disponibilizada pela empresa contratada, em conformidade com a LGPD, garantindo sigilo e integridade das informações.



Fornecimento de suporte técnico contínuo aos profissionais locais durante os atendimentos.

Entrega de laudos e relatórios médicos em formato digital, devidamente registrados no sistema oficial do município.

3.2 A contratação de serviços de telemedicina observará critérios de sustentabilidade, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos, tais como:

- **Ambientais:** a redução de deslocamentos presenciais de pacientes e profissionais, contribuindo para a diminuição da emissão de gases de efeito estufa; utilização de soluções tecnológicas com eficiência energética e em conformidade com boas práticas de gestão de resíduos eletrônicos.
- **Sociais:** a ampliação do acesso à saúde, especialmente em localidades remotas; garantia de acessibilidade digital para pessoas com deficiência; estímulo à capacitação e treinamento dos profissionais de saúde para o uso seguro e eficaz da plataforma; e a promoção de um atendimento inclusivo e humanizado.
- **Econômicos/Governança:** a busca por soluções tecnológicas que privilegiem interoperabilidade e integração com prontuários eletrônicos, evitando custos adicionais; priorização de fornecedores que adotem práticas de responsabilidade socioambiental e que atendam aos requisitos de segurança da informação e proteção de dados, conforme a LGPD.

### 3.3 Garantia dos serviços:

3.3.1 Considerando a natureza do serviço de telemedicina e sua relevância para a continuidade do atendimento em saúde, recomenda-se que o futuro contrato contemple garantias de execução capazes de assegurar a prestação adequada e contínua dos serviços.

3.3.2 As garantias devem abranger:

- Confiabilidade técnica da plataforma, incluindo suporte técnico contínuo, manutenção corretiva e preventiva, e atualizações de segurança.
- Disponibilidade mínima dos serviços, com definição de indicadores de nível de serviço (SLA) que assegurem estabilidade e funcionamento da solução em tempo integral, especialmente em situações emergenciais.



- Proteção de dados, mediante compromisso formal da contratada quanto ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e normas correlatas.
- Responsabilidade da contratada quanto à reparação de eventuais falhas que causem indisponibilidade do sistema ou prejudiquem a confidencialidade e integridade das informações médicas.

#### 4. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

4.1 A realização de levantamento de mercado identificou que existem diferentes alternativas de contratação para suprir a necessidade de atendimento médico especializado:

1 - Contratação direta de profissionais médicos especialistas para atendimento presencial na UPA e nas Unidades Básicas de Saúde.

Limitações técnicas: dificuldade de fixação de especialistas em município de pequeno/médio porte; risco de descontinuidade dos serviços devido à ausência de profissionais em determinadas especialidades; alto custo para manter regime de plantão 24 horas presenciais.

Limitações econômicas: elevação significativa da despesa com folha de pagamento, encargos trabalhistas e adicionais de plantão.

4.2 Parceria com hospitais ou clínicas regionais para referência e contra referência de pacientes.

Limitações técnicas: necessidade de deslocamento dos pacientes, com risco de demora no atendimento e agravamento do quadro clínico; sobrecarga da rede hospitalar regional; dificuldade de garantir atendimento imediato em situações de urgência.

Limitações econômicas: custos indiretos de transporte de pacientes, além de possíveis despesas adicionais com internações e procedimentos de alta complexidade que poderiam ser evitados com diagnóstico precoce.

4.3 Contratação de serviços de telemedicina especializados.

Vantagens técnicas: cobertura ininterrupta em regime de plantão 24h para a UPA; acesso a pareceres de especialistas em diversas áreas médicas; apoio diagnóstico imediato; atendimento ambulatorial de especialidades em municípios de difícil acesso; uso de plataforma tecnológica em conformidade



com a LGPD; continuidade assistencial com registros digitais integrados ao sistema municipal.

Vantagens econômicas: custos previsíveis e compatíveis com a demanda; pagamento proporcional ao número de consultas efetivamente realizadas na Atenção Básica; redução de despesas com deslocamentos de pacientes; mitigação da necessidade de contratação direta de múltiplos especialistas de difícil disponibilidade no mercado local.

4.4 Justificativa técnica e econômica da escolha:

Diante das alternativas levantadas, a contratação de serviços de telemedicina mostra-se a solução mais adequada, pois garante ampla cobertura assistencial, com atendimento contínuo e especializado, a um custo menor e mais previsível que a contratação presencial de profissionais ou a dependência exclusiva da rede hospitalar regional. Além disso, a solução contribui para a redução de deslocamentos de pacientes, otimiza os fluxos de atendimento da rede municipal de saúde e promove maior resolutividade na atenção básica e de urgência.

5. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO**

- 5.1 A solução proposta consiste na contratação de serviços de telemedicina, abrangendo tanto a atenção de urgência e emergência (UPA Municipal) quanto a atenção ambulatorial especializada (Atenção Básica), por meio de plataforma tecnológica segura e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 5.2 A empresa contratada será responsável por disponibilizar, gerir e coordenar os profissionais médicos necessários, além de fornecer e manter a plataforma de telemedicina, garantindo suporte técnico contínuo às unidades de saúde.
- 5.3 No âmbito da UPA Municipal, a solução prevê a disponibilização de plantões de 24 horas ininterruptos, com previsão de 30 plantões mensais, abrangendo especialidades médicas estratégicas como Cardiologia, Psiquiatria e Ortopedia. Os pareceres emitidos terão número ilimitado, assegurando resposta imediata e contínua às demandas de urgência.
- 5.4 Na Atenção Básica, a solução contempla a realização de teleconsultas ambulatoriais em Endocrinologia, Neuropediatria e Neurologia, sempre acompanhadas por profissional da Unidade de Saúde. Estão previstos até 20



atendimentos mensais por especialidade, com faturamento baseado no número efetivo de consultas realizadas.

- 5.5 Do ponto de vista operacional e tecnológico, a solução garante: Plataforma de telemedicina disponibilizada pela contratada; Sigilo, integridade e segurança dos dados clínicos em conformidade com a LGPD; Suporte técnico em tempo real durante os atendimentos; Entrega de laudos e relatórios digitais integrados ao sistema oficial do município.
- 5.6 Assim, a contratação permitirá ampliar e qualificar o acesso da população a especialidades médicas de difícil disponibilidade no município, garantindo cobertura contínua, resolutividade no atendimento, otimização de recursos financeiros e redução de deslocamentos desnecessários de pacientes.

## **6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

- 6.1 Será necessário a contratação de uma empresa para a prestação dos serviços conforme descrito abaixo:

### **1. Atendimento para a UPA Municipal**

Plantões de especialidades médicas em regime de 24 horas.

Previsão de 30/31 (trinta / trinta e um) plantões mensais, totalizando aproximadamente 365 plantões por ano.

Número de pareceres médicos: ilimitado.

### **2. Atendimento para a Atenção Básica**

Teleconsultas ambulatoriais nas especialidades de Endocrinologia, Neuropediatria e Neurologia.

Previsão de até 15 (quinze) consultas mensais por especialidade, totalizando aproximadamente 180 (cento e oitenta) consultas por ano.

As consultas ocorrerão em conformidade com a agenda definida pelas Unidades Básicas de Saúde.

## **7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 7.1 O valor estimado para a contratação é R\$ 403.554,00 (quatrocentos e três mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais) para a contratação dos serviços de telemedicina e teleconsulta por 12 (doze) meses.



## **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

8.1.1 Conforme dispõe o art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto é a regra, desde que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. No presente caso, analisou-se a possibilidade de parcelamento entre os serviços destinados à UPA Municipal (plantões 24h) e aqueles voltados à Atenção Básica (teleconsultas ambulatoriais).

8.1.2 Entretanto, conclui-se pela não adoção do parcelamento, pelas seguintes razões:

**Integração operacional:** os serviços dependem de utilização de uma única plataforma tecnológica de telemedicina, cuja gestão, suporte técnico e integração de dados devem ser centralizados para garantir continuidade, padronização e segurança das informações em conformidade com a LGPD.

**Gestão unificada:** a fragmentação em contratos distintos dificultaria a coordenação entre UPA e Atenção Básica, gerando riscos de inconsistência em prontuários, laudos e relatórios médicos.

**Economia de escala:** a contratação conjunta possibilita melhores condições de preço e evita a duplicidade de custos administrativos, de suporte e de licenciamento tecnológico.

**Risco de descontinuidade:** a divisão contratual poderia resultar em empresas distintas, dificultando a responsabilização integral pelos resultados e aumentando o risco de interrupção dos serviços essenciais de saúde.

8.1.3 Dessa forma, a contratação não deve ser parcelada, por se mostrar tecnicamente inviável e economicamente desvantajosa, nos termos do §3º do art. 40 da Lei nº 14.133/21.

## **9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

9.1 *Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade desta contratação.*

## **10. ANÁLISE DE RISCOS**

10.1 Considera-se dispensável a elaboração da análise de riscos para a presente a contratação, uma vez que o setor demandante não identificou fatores relevantes



que justifiquem sua realização. Trata-se de modalidade de contratação amplamente utilizada na Administração Pública, com o objeto de baixa complexidade e procedimentos consolidados, o que reduz significativamente a probabilidade de ocorrência de riscos relevantes que possam comprometer sua execução.

## **11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

11.1 Com a contratação dos serviços de telemedicina, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- **Economicidade:**

- Redução de custos relacionados à contratação direta de especialistas médicos em regime presencial, considerando encargos trabalhistas, adicionais de plantão e dificuldades de fixação desses profissionais no município.
- Diminuição de despesas com deslocamentos de pacientes para centros de referência regionais, uma vez que os atendimentos serão realizados localmente por meio da plataforma de telemedicina.
- Previsibilidade orçamentária, com pagamento vinculado ao número efetivo de consultas realizadas na Atenção Básica e à quantidade pré-definida de plantões para a UPA.

- **Melhor aproveitamento dos recursos humanos:**

- Apoio técnico especializado aos profissionais médicos locais, ampliando a capacidade de resolutividade da rede municipal de saúde.
- Fortalecimento do trabalho das equipes de Atenção Básica, com suporte em especialidades de difícil disponibilidade.
- Integração entre médicos da telemedicina e profissionais das unidades de saúde, promovendo educação permanente em saúde.

- **Melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros:**

- Utilização de plataforma tecnológica única e integrada, evitando duplicidade de sistemas e custos adicionais de manutenção.
- Maior eficiência na gestão de laudos e relatórios médicos, com registros digitais centralizados no sistema oficial do município.



- Racionalização do uso de recursos da saúde, ao evitar intonações ou encaminhamentos desnecessários decorrentes da ausência de parecer especializado imediato.

11.2 Com isso, a solução contratada permitirá maior eficiência administrativa, melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e ampliação da qualidade e da acessibilidade dos serviços de saúde prestados à população.

## **12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

- 12.1 Antes da formalização contratual, a Administração deverá adotar as seguintes providências:
- 12.2 Designação de fiscais e gestores do contrato, com atribuições claras e compatíveis, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 12.3 Capacitação dos servidores designados para acompanhamento, fiscalização e gestão contratual, com ênfase em aspectos técnicos da telemedicina, segurança da informação e cumprimento da LGPD.
- 12.4 Adequação da infraestrutura local das Unidades de Saúde, incluindo disponibilidade de equipamentos de informática, acesso à internet estável e ambiente físico apropriado para a realização das teleconsultas.
- 12.5 Definição de fluxos internos de atendimento e registro das consultas, garantindo integração entre a plataforma de telemedicina e o sistema de informação oficial do município.
- 12.6 Estabelecimento de indicadores de desempenho e de qualidade (SLA) que deverão ser observados pela contratada e monitorados pela Administração.
- 12.7 Previsão orçamentária suficiente para atender ao contrato durante toda a sua vigência.
- 12.8 Elaboração de plano de comunicação interna, a fim de orientar os profissionais das Unidades de Saúde quanto ao uso adequado da plataforma e aos procedimentos de encaminhamento dos pacientes.
- 12.9 Essas medidas são indispensáveis para garantir a adequada execução do contrato, a continuidade da prestação dos serviços de saúde e a eficiência da gestão pública.

## **13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**



13.1 A contratação de serviços de telemedicina não implica impactos ambientais diretos significativos, uma vez que se trata de prestação de serviço digital.

#### 14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1 Após análise dos aspectos técnicos, operacionais, econômicos, sociais e ambientais, conclui-se que a contratação de serviços de telemedicina mostra-se viável e adequada para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.


14.2 A solução garante cobertura contínua de plantões especializados na UPA Municipal, suporte ambulatorial em especialidades de difícil disponibilidade na Atenção Básica, uso de plataforma tecnológica segura e em conformidade com a LGPD, além de assegurar economicidade, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

14.3 Dessa forma, a contratação é considerada plenamente viável, atendendo ao interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

#### 15. DATA E ASSINATURAS

15.1 Coromandel, 11 de setembro de 2025.

*Isabela Cristina Lemes  
Resende*  
COORDENADORA  
ALMOXARIFADO SAÚDE

  
Isabela Cristina Lemes Resende  
Coordenadora Administrativa

*Lilian Suelem Moreira Borges*  
Secretária Municipal de Saúde  
Prefeitura de Coromandel-MG

  
Lilian Suelem Moreira Borges  
Gestão Municipal de Saúde